

MINUTA TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) na modalidade LDN – LONGA DISTÂNCIA NACIONAL. **CATSER Nº 26131.**

2. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

LOTE 1	
ITEM 1	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade LONGA DISTANCIA NACIONAL (LDN), INTRA-REGIONAL, FIXO-FIXO : ligações efetuadas de qualquer terminal telefônico instalado nos municípios do Estado do Espírito Santo e direcionadas à REGIÃO I .
ITEM 2	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade LONGA DISTANCIA NACIONAL (LDN), INTER-REGIONAL, FIXO-FIXO : ligações efetuadas de qualquer terminal telefônico instalado nos municípios do Estado do Espírito Santo e direcionadas às REGIÕES II e III .
ITEM 3	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade LONGA DISTANCIA NACIONAL (LDN), INTRA-REGIONAL, FIXO-MÓVEL : ligações efetuadas de qualquer terminal telefônico instalado nos municípios do Estado do Espírito Santo e direcionadas à REGIÃO I .
ITEM 4	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade LONGA DISTANCIA NACIONAL (LDN), INTER-REGIONAL, FIXO-MÓVEL : ligações efetuadas de qualquer terminal telefônico instalado nos municípios do Estado do Espírito Santo e direcionadas às REGIÕES II e III .

2.1. O critério de julgamento das propostas por lote se justifica face à necessidade de melhor controle e execução da prestação de serviço, contribuindo com as atribuições referentes à fiscalização contratual.

3. DO PERFIL DE TRÁFEGO:

3.1. O Perfil de Tráfego das ligações telefônicas, constante do **Adendo I**, servirá de subsídio para as operadoras de telefonia definirem suas propostas e indicarem o percentual de desconto, além de servir ao órgão contratante como fator de análise e aferição da proposta mais vantajosa.

3.2. O perfil de tráfego apresentado não representa compromisso futuro de qualquer natureza para a CONTRATANTE. Portanto, a redução do consumo estimado não implicará, sob hipótese alguma, reajustes de tarifas, diminuição ou eliminação de descontos concedidos.

4. DOS PREÇOS DAS LIGAÇÕES TELEFÔNICAS:

4.1. Os preços das tarifas telefônicas a serem computados serão aqueles constantes do PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS ou PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇOS de cada uma das operadoras de telefonia, levando-se em conta, para efeito de cotação, o perfil de tráfego do TRE/ES (Adendo I).

4.1.1. No ato da apresentação da proposta comercial, **a empresa interessada** deverá declarar, expressamente na Planilha de Formação de Preços (Adendo II), se trata-se de um Plano Básico ou Alternativo.

4.2. Nos preços finais apresentados pelas **empresas interessadas** deverão estar incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais e comerciais, bem como quaisquer outros custos relativos aos serviços de telefonia, inclusive encargos tributários.

5. DO PERCENTUAL DE DESCONTO:

5.1. A operadora de telefonia, com base no Perfil de Tráfego apresentado pela Contratante, poderá oferecer um percentual de desconto sobre o valor das tarifas e preços dos serviços telefônicos compreendidos em sua proposta, indicando-o no campo apropriado na Planilha de Formação de Preços (Adendo II).

5.2. O percentual de desconto será aplicado sobre os preços constantes do PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS ou PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇOS da operadora telefônica.

5.3. Durante todo o período de vigência do contrato, é obrigatória a manutenção dos descontos originalmente concedidos.

5.4. Será admitido percentual de desconto igual a zero.

5.5. Quando não houver a indicação de percentual de desconto na proposta, considerar-se-á que o desconto proposto é igual a zero.

6. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Para o julgamento das propostas será adotado o tipo menor preço total, por lote, apurado na Planilha de Formação de Preços (Adendo II).

6.2. Valor total estimado para o LOTE 1 (itens 01 a 04) de _____, tendo por base de cálculos os valores indicados na tabela abaixo

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE MINUTOS MENSAL	VALOR R\$
1	LDN - INTRA-REGIONAL - FIXO- FIXO - REGIÃO I	12.494	
2	LDN - INTER-REGIONAL - FIXO- FIXO - REGIÃO II e III	722	
3	LDN - INTRA-REGIONAL - FIXO- MOVEL - REGIÃO I	564	
4	LDN - INTER-REGIONAL - FIXO- MOVEL - REGIÃO II e III	44	

6.3. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a **empresa interessada** ao cumprimento de seus termos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Prestar o serviço, objeto desta contratação, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, ressalvadas as hipóteses de interrupção previstas no art. 29 da Resolução ANATEL 426/2005.

7.2. A correta prestação do serviço objeto desta contratação deverá observar os parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

7.3. Levar ao conhecimento do fiscal do contrato deste Órgão qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer durante a execução do objeto contratado, para adoção das medidas julgadas cabíveis.

7.4. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

7.5. A responsabilidade indicada no subitem anterior (7.4.) não se exclui ou se reduz pela fiscalização ou ao acompanhamento exercido pela Contratante.

7.6. Dentre as responsabilidades indicadas no subitem 7.4. estão incluídas aquelas causadas diretamente à Contratante (TRE/ES) ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

7.7. Toda correspondência da Contratante, que requerer uma resposta, deve ser respondida de forma definitiva dentro de no máximo 10 (dez) dias, após o seu registro na prestadora do serviço.

7.8. O atendimento das solicitações de reparo deve se dar em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir de sua solicitação.

7.9. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas através desta contratação, considerando os recursos disponíveis, salvo nas hipóteses legais e constitucionais de quebra de sigilo de telecomunicações.

7.10. Designar preposto para acompanhamento do objeto contratado, bem como para atendimento a todas as reclamações/contingências relacionadas à execução contratual, nos termos do art. 68 da Lei nº 8.666/93

7.11. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

7.12. Emitir, mensalmente, e com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias do seu vencimento, Nota Fiscal/Fatura, que contenha as informações necessárias à conferência do serviço executado, detalhadas por linha/ramal de todos os tipos de ligações realizadas, com os números dos telefones, localidades e tempos das chamadas, período de faturamento, sendo vedada a inclusão de itens que não tenham sido expressamente contratados. Os documentos fiscais deverão conter todos os impostos, descontos e retenções devidas, observando-se a legislação tributária em vigor.

7.12.1. Os documentos e relatórios citados no item 7.12 deverão ser disponibilizados, preferencialmente, de forma eletrônica/*online* mediante acesso por *login* e senha, com objetivo de melhor instrução de processo eletrônico.

7.12.2 Caso o documento fiscal, por exclusiva responsabilidade da Contratada, não possa ser pago na data do vencimento, a Contratada, a pedido da Contratante, deverá prorrogá-lo para uma outra data que possibilite o seu pagamento.

7.13. O documento fiscal deverá ser emitido pela mesma pessoa jurídica (empresa) que participou e sagrou-se vencedora da disputa.

7.14. Para a prestação do serviço, durante a vigência desta contratação, é condição indispensável a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas **para contratação**.

7.15. A Contratada também deverá possuir Termo de Autorização ou Contrato de Concessão (ou de Permissão) para prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) na modalidade Longa Distância Nacional, fornecido pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), no Estado do Espírito Santo.

7.16. Todas as faturas emitidas pela Contratada deverão possuir uma data de vencimento única.

7.17. Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Órgão contratante.

7.18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste termo de referência, salvo mediante prévia e expressa autorização da Contratante.

7.19. Comprovar, sempre que solicitada pela Contratante, os preços praticados no mercado.

7.20. Disponibilizar Central de Atendimento, via ligação telefônica gratuita, 24 (vinte quatro horas) por dia e 07 (sete) dias por semana.

7.21. Toda a cobrança indevida deverá ser tratada formalmente entre os representantes das partes contratadas, e, caso necessário, deverá a Contratada ressarcir à Contratante valores indevidamente cobrados, mediante crédito em fatura a ser emitida no mês subsequente ao da cobrança indevida.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1. Convocar a Contratada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, assinar o instrumento contratual.

8.2. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto do contrato.

8.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

8.4. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

8.5. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços objeto deste termo de referência, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para a Administração.

8.6. Disponibilizar as suas instalações e equipamentos necessários à execução dos serviços pela Contratada.

8.7. Efetuar o pagamento à Contratada nos preços e condições estipulados neste instrumento.

8.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica

convencionado que os encargos moratórios devidos pela Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula **EM = I x N x VP**, na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,0001643$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.1. A empresa interessada deverá apresentar documentos relativos à qualificação técnica e econômico-financeira, consistentes em:

9.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter a **empresa interessada** executado, satisfatoriamente, serviço de telefonia fixa comutada, na modalidade LDN.

9.1.2. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **empresa interessada**, que se encontre dentro do prazo de validade. Caso não haja prazo de validade especificado no documento, será considerado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua expedição.

10. DAS PENALIDADES:

10.1. Pelo atraso injustificado no início da prestação dos serviços, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a 2% (dois por cento) incidente sobre o valor total estimado do contrato, até o 5º (quinto) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento).

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente ao período inexecutado.

10.3. Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a

Contratada estará sujeita à multa no valor de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por ocorrência, calculada sobre o valor mensal estimado do contrato.

10.4. O atraso superior a 5 dias, no início da prestação dos serviços, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme subitem 10.2.

10.5. Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o serviço poderá ser iniciado no prazo suplementar de até 5 (cinco) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária correspondente a 2% (dois por cento), incidente sobre o valor total estimado do contrato, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista no item 10.1.

10.6. A recusa de manutenção da proposta ou descumprimento de prazo para assinatura do instrumento contratual sujeitará a Contratada ao pagamento de multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta.

10.7. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

10.8. O prazo de início da prestação dos serviços admite prorrogação somente nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força-maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-ES.

10.9. A solicitação de adiamento do prazo de início da prestação dos serviços deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-lo.

10.10. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

10.11. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

10.12. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da

oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

10.13. A contagem do prazo estabelecido no item 10.1 inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso no início da prestação do serviço, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

10.14. A contagem do prazo estabelecido no item 10.5 inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1. O contrato a ser celebrado terá duração de ____/____/2020 a ____/____/2020, em conformidade com o disposto no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

11.1.1. O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, no interesse da Administração, sem ônus, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

12 - DO PAGAMENTO

12.1. A Contratante pagará à Contratada, mensalmente, até o dia de vencimento da fatura mediante ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, ou em conta corrente, se for o caso, desde que não haja fato impeditivo provocado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5ª, da Lei nº 8.666/93.

12.2. O pagamento será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

12.3. O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento habilitado na momento da contratação.

12.4. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo fiscal do contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma

providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

12.5. A Contratante confirmará se a Contratada consta/permanece inscrita no Simples Nacional através de consulta ao portal Simples Nacional para fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1540, de 05 de janeiro de 2015), sem prejuízo de a Contratada informar imediatamente à Contratante qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional, esta ficará sujeita à retenção de impostos e contribuições, de acordo com a referida Instrução Normativa.

THOMAZ CHEIM FIGUEIREDO
Fiscal do Contrato

ADENDO I - PERFIL DE TRÁFEGO

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE MINUTOS MENSAL (A)
1	LDN - INTRA-REGIONAL - FIXO-FIXO - REGIÃO I	12494
2	LDN - INTER-REGIONAL - FIXO-FIXO - REGIÃO II e III	722
3	LDN - INTRA-REGIONAL - FIXO-MOVEL - REGIÃO I	564
4	LDN - INTER-REGIONAL - FIXO-MOVEL - REGIÃO II e III	44

*Dados atualizados em 04/01/2019.

ADENDO II - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

LOTE 1 - LONGA DISTANCIA NACIONAL							
ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE MINUTOS MENSAL (A)	VLR UNITARIO MINUTO (B)	DESCONT O % (C)	VLR UNITARIO COM DESCONTO (D) = B x (1- C/100)	VLR MENSAL (E = A x D)	VLR CONTRATA ÇÃO (F = E x 6)
1	LDN - INTRA-REGIONAL - FIXO-FIXO - REGIÃO I	12494					
2	LDN - INTER-REGIONAL - FIXO-FIXO - REGIÃO II e III	722					
3	LDN - INTRA-REGIONAL - FIXO-MOVEL - REGIÃO I	564					
4	LDN - INTER-REGIONAL - FIXO-MOVEL - REGIÃO II e III	44					
TOTAL DO LOTE 1							

Conforme determinado na cláusula 4.1.1 deste Termo de Referência, declaro que a proposta comercial acima, caracteriza um Plano_____.

_____, ____/____/____.

(Nome/Assinatura)